



SEGUNDA EDIÇÃO
**FORMAÇÃO EM ESTRATÉGIAS
DE EMPODERAMENTO
DE ADOLESCENTES
E JOVENS EM SITUAÇÃO
DE VULNERABILIDADE
SOCIAL - JAVU**

RACKYNELLY ALVES SARMENTO SOARES
ANDRÉ RIBEIRO DA SILVA
MARIA FATIMA DE SOUSA
JITONE LEÔNIDAS SOARES
ANA VALÉRIA MACHADO MENDONÇA
(ORGANIZADORES)

2020



MINISTÉRIO DA
SAÚDE





Formação em estratégias de empoderamento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social – JAVU

2ª Edição

Ficha Técnica

Esta obra é licenciada nos termos Creative Commons, sendo todos os direitos reservados. É permitida a reprodução, disseminação e utilização desta obra, em parte ou em sua totalidade, desde que citada a fonte.

© 2020

Universidade de Brasília - UnB
NESP – Núcleo de Saúde Pública

Coordenação do Curso Técnico-Pedagógica
Coordenadora UTICS e Coordenadora do NESP/UnB
Prof.^a Dra. Ana Valéria Machado Mendonça

UEPSF (Unidade de Estudos de Saúde da Família)

Coordenadora técnica do curso
Prof.^a Dra. Rackynelly Alves Sarmento Soares

Docentes e conteudistas

Módulo 1

Prof Me Doutorando Jitone Leônidas Soares

Módulo 2

Prof.^a Dra. Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira

Módulo 3

Prof.^a Dra. Silvia Renata Lordello

Módulo 4

Prof.^a Ma. Elizabeth Alves de Jesus Prado

Módulo 5

Prof.^a Dra. Dais Gonçalves Rocha e Gabriela Fogaça

Módulo 6

Prof.^a Dra. Juliane Andrade e

Prof.^a Dra. Andréa Leite Ribeiro

Módulo 7

Prof.^a Dra. Sheila Giardini Murta

Módulo 8

Prof.^a Dra. Marlúcia Ferreira do Carmo e

Prof.^o Lucas Alves Bezerra

Módulo 9

Prof.^o Dr. Edu Turte Cavadinha

Módulo 10

Prof.^a Maíra Gussi de Oliveira, Prof.^a Dra. Maria Aparecida Gussi e Prof.^a Dra. Maria da Glória Lima

Topografia Social

Prof.^a Dra. Rudgy Pinto de Figueiredo e

Prof.^a Dra. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo

Equipe técnica e produção de EaD

Rafael Valentim

Prof. Me. João Paulo Fernandes da Silva

Prof.^a Dra. Rackynelly Alves Sarmento Soares

Coordenador de Produção de Educação a Distância

Prof. Me. Doutorando Jitone Leônidas Soares

Coordenador Pedagógico

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva

Revisor de Textos

Prof. Flávio Rossi de Oliveira Reis

Designer Instrucional

Prof.^a Dra. Rosana Amaro

Designer Gráfico

Daniel Alves Tavares

Web Designer

Gabriel Cavalcanti D'Albuquerque Magalhães

Ilustrador de EaD

Cristiano Silva Gomes

Editor 2/3 D

Cristiano Alves de Oliveira





SEGUNDA EDIÇÃO
**FORMAÇÃO EM ESTRATÉGIAS
DE EMPODERAMENTO
DE ADOLESCENTES
E JOVENS EM SITUAÇÃO
DE VULNERABILIDADE
SOCIAL - JAVU**

RACKYNELLY ALVES SARMENTO SOARES
ANDRÉ RIBEIRO DA SILVA
MARIA FATIMA DE SOUSA
JITONE LEÔNIDAS SOARES
ANA VALÉRIA MACHADO MENDONÇA
(ORGANIZADORES)

2020

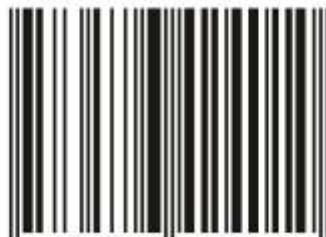


MINISTÉRIO DA
SAÚDE



ISBN: 978-65-86424-01-0

CSL



9 786586 424010

MÓDULO I
AMBIENTAÇÃO
EM EAD

6

MÓDULO II
EDUCAÇÃO
EM SAÚDE

46

MÓDULO III
JOVENS E
ADOLESCENTES
CONCEITOS
E DEFINIÇÕES

81

MÓDULO IV
POLÍTICAS
PÚBLICAS DE SAÚDE

117

MÓDULO V
REDES
DE PROTEÇÃO

158

MÓDULO VI
VULNERABILIDADE DE
CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO
CONTEXTO ESCOLAR

199

MÓDULO VII
PREVENÇÃO À
VIOLÊNCIA NO
NAMORO ENTRE
JOVENS

233

MÓDULO VIII
DIREITOS SEXUAIS
E REPRODUTIVOS
DE ADOLESCENTES
E JOVENS

269

MÓDULO IX
GÊNERO
NA ESCOLA

300

MÓDULO X
PREVENÇÃO AO USO
DE ÁLCOOL E OUTRAS

332

SOBRE OS
AUTORES

367

PREFÁCIO

Este livro foi desenvolvido, especialmente, para o projeto de extensão “Curso de formação em estratégias de empoderamento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social”, da Universidade de Brasília, coordenado por pesquisadores do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP/CEAM/UnB).

Carinhosamente chamado de Curso JAVU, por entendermos que a violência acontece em ciclos, e entre grupos populacionais específicos, situação que nos remete a expressão francesa *déjà vu* e também por fazer referência aos Jovens e Adolescentes em situação de Vulnerabilidade. O que queremos? Que esse ciclo não mais exista e é nessa direção que caminhamos.

O Curso JAVU foi desenhado para professores de escolas públicas do Brasil. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva, emancipatória, não discriminatória, de respeito à diversidade e de cultura de paz no contexto escolar, de modo a promover a saúde de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Para percorrer essa caminhada, organizamos este livro em dez capítulos, ordenados conforme a sequência didática do Curso JAVU em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem. Os princípios básicos da promoção da saúde dos adolescentes e jovens são aqui expressos utilizando uma linguagem simples, leve e fluida, adequada a Educação a Distância.

Em todos os capítulos podemos encontrar sugestões de atividades práticas a serem desenvolvidas na escola, todas alinhadas com os conceitos da Promoção da saúde e objetivando fortalecer as redes de proteção pertinentes aos jovens e adolescentes. A ideia é potencializar a escola como um espaço promotor de saúde.

Finalmente, demonstramos nossa gratidão aos professores do Brasil que participaram/participam do nosso curso, os quais possibilitaram a capilarização de ações promotoras de saúde no âmbito escolar, contribuindo para a prevenção das situações de risco dos adolescentes e jovens, sobretudo, entre aqueles inseridos em situação de vulnerabilidade.

Os organizadores



MÓDULO X

PREVENÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

MAÍRA GUSSI DE OLIVEIRA,
MARIA APARECIDA GUSSI E
MARIA DA GLÓRIA LIMA

2020



Módulo X

Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas

Ficha Técnica

Esta obra é licenciada nos termos Creative Commons, sendo todos os direitos reservados. É permitida a reprodução, disseminação e utilização desta obra, em parte ou em sua totalidade, desde que citada a fonte.

© 2020

Universidade de Brasília - UnB
NESP – Núcleo de Saúde Pública

Coordenação do Curso Técnico-Pedagógica
Coordenadora UTICS e Coordenadora do NESP/UnB
Prof.^a Dra. Ana Valéria Machado Mendonça

UEPSF (Unidade de Estudos de Saúde da Família)

Coordenadora técnica do curso
Prof.^a Dra. Rackynelly Alves Sarmiento Soares

Docentes e conteudistas

Módulo 1

Prof Me Doutorando Jitone Leônidas Soares

Módulo 2

Prof.^a Dra. Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira

Módulo 3

Prof.^a Dra. Silvia Renata Lordello

Módulo 4

Prof.^a Ma. Elizabeth Alves de Jesus Prado

Módulo 5

Prof.^a Dra. Dais Gonçalves Rocha e Gabriela Fogaça

Módulo 6

Prof.^a Dra. Juliane Andrade e

Prof.^a Dra. Andréa Leite Ribeiro

Módulo 7

Prof.^a Dra. Sheila Giardini Murta

Módulo 8

Prof.^a Dra. Marlúcia Ferreira do Carmo e

Prof.^o Lucas Alves Bezerra

Módulo 9

Prof.^o Dr. Edu Turte Cavadinha

Módulo 10

Prof.^a Máira Gussi de Oliveira, Prof.^a Dra. Maria Aparecida Gussi e Prof.^a Dra. Maria da Glória Lima

Topografia Social

Prof.^a Dra. Rudgy Pinto de Figueiredo e

Prof.^a Dra. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo

Equipe técnica e produção de EaD

Rafael Valentim

Prof. Me. João Paulo Fernandes da Silva

Prof.^a Dra. Rackynelly Alves Sarmiento Soares

Coordenador de Produção de Educação a Distância

Prof. Me. Doutorando Jitone Leônidas Soares

Coordenador Pedagógico

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva

Revisor de Textos

Prof. Flávio Rossi de Oliveira Reis

Designer Instrucional

Prof.^a Dra. Rosana Amaro

Designer Gráfico

Daniel Alves Tavares

Web Designer

Gabriel Cavalcanti D'Albuquerque Magalhães

Ilustrador de EaD

Cristiano Silva Gomes

Editor 2/3 D

Cristiano Alves de Oliveira





MÓDULO X

PREVENÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

MAÍRA GUSSI DE OLIVEIRA,
MARIA APARECIDA GUSSI E
MARIA DA GLÓRIA LIMA

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS

2020

SOBRE OS AUTORES
MAÍRA GUSSI DE OLIVEIRA,
MARIA APARECIDA GUSSI E
MARIA DA GLÓRIA LIMA

7

1. APRESENTAÇÃO
DO MÓDULO

8

2. OBJETIVO
GERAL

9

3. AS DROGAS NAS
SOCIEDADES

10

4. DROGAS

13

5. FATORES DE RISCO
E DE PROTEÇÃO
AO USO DE ÁLCOOL
E OUTRAS DROGAS

16

6. ADOLESCÊNCIA E O
USO DE ÁLCOOL E
OUTRAS DROGAS

18

7. ESCOLA REAL,
PREVENÇÃO POSSÍVEL

21

8. ESCOLA:
ESPAÇO DE PREVENÇÃO

23

9. AÇÕES DE PREVENÇÃO
AO USO
DE ÁLCOOL E OUTRAS
DROGAS NA ESCOLA

25

10. CONSIDERAÇÕES
FINAIS

29

REFERÊNCIAS

31

AVALIAÇÕES

33

FÓRUM

33

ATIVIDADE
PRÁTICA

34





SOBRE OS AUTORES

MAÍRA GUSSI DE OLIVEIRA, MARIA APARECIDA GUSSI E MARIA DA GLÓRIA LIMA



Maíra Gussi de Oliveira é Assistente Social e Pesquisadora do Observatório de Políticas de Atenção à Saúde Mental no Distrito Federal – Obsam/NESP/CEAM/UnB; Brasília; Brasil; maira.gussi@gmail.com

338



Maria Aparecida Gussi é Doutora em Ciências da Saúde e Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília; Brasília; Brasil; gussi@unb.br



Maria da Glória Lima é Doutora em Enfermagem e Professora Associada do Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília; Brasília; Brasil; limamg@unb.br





I. APRESENTAÇÃO DO MÓDULO

Prezado(a) Professor(a),
Seja bem-vindo ao Módulo 10, que abordará a “Prevenção ao uso de álcool e outras drogas.” Convidamos você a refletir, criticamente, sobre o complexo fenômeno das drogas para atuar de forma preventiva, na perspectiva da escola promotora de saúde.

339

EMENTA

Breve contextualização da história do uso de drogas e sua função no ordenamento social. Estigmas e preconceitos em relação aos usuários de substâncias psicoativas. Drogas: conceito, classificações, tríade de compreensão do uso, padrão de uso. Fatores de risco e de proteção ao uso de álcool e outras drogas. Adolescência e o uso de substâncias psicoativas. Escola real, prevenção possível. Escola: espaço de prevenção. Ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas na escola.





2. OBJETIVO

GERAL



Refletir sobre o complexo fenômeno das drogas e, a partir desse conhecimento, instigar os professores a propor ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, no ambiente escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS



Identificar a escola como espaço propício para prevenção ao uso de drogas;



Conhecer conceitos básicos sobre as drogas;



Refletir sobre a história do uso de substâncias psicoativas e sua função para o ordenamento social;



Refletir sobre valores, estigmas e preconceitos sobre o usuário de substâncias psicoativas e o significado do uso de álcool e outras drogas na adolescência;



Relacionar os fatores de risco e proteção associados ao uso de álcool e outras drogas com situações vivenciadas no contexto escolar; e



Construir estratégias pautadas em abordagens preventivas ao uso de álcool e outras drogas que tendem a ser mais efetivas e a fortalecer a escola promotora de saúde.

340

AO FIM DO MÓDULO, O PROFESSOR DEVERÁ SER CAPAZ DE:

- Analisar, criticamente, o sentido do uso de drogas em nossa sociedade;
- Reconhecer as situações de risco e de proteção em seu ambiente escolar; e
- Atuar de forma preventiva e articulada à rede protetiva nas situações de uso de álcool e outras drogas por estudantes.

CARGA HORÁRIA: 15 H/A





3. AS DROGAS NAS SOCIEDADES



A história das drogas é marcada, desde a pré-história, pela busca do ser humano por estados alterados de consciência, por finalidade medicinal, terapêutica, artesanal, espiritual ou diversão, tendo em cada momento histórico uma regulação diferenciada, a depender do contexto social e histórico-cultural, bem como dos impactos, problemas e soluções apontadas nesses contextos específicos.

Cotidianamente, as drogas estão presentes em nossas vidas e não há um só dia em que não tenhamos contato com alguma delas, na medida em que assumiram diferentes papéis em nossa sociedade, constituindo-se um grave e complexo problema de saúde, que afeta todas as pessoas e diferentes setores sociais. Esse mesmo cenário se apresenta para os adolescentes, grupo que, em geral, possui curiosidade de experimentar os efeitos provenientes do uso dessas substâncias.

Nesse contexto, a escola pode ser referência ao se apresentar como um recurso protetivo para a socialização dos estudantes adolescentes, muitas vezes vulneráveis e expostos a riscos para o uso precoce de álcool e outras drogas. Além de ser o local onde os adolescentes passam boa parte do seu tempo, a escola também é um espaço de reflexão e preparação de pessoas para a vida, razão pela qual ela não deve se isolar ou ficar fechada em seus muros, silenciosa diante de problemas sociais, como a desigualdade social, o racismo, as sexualidades, as doenças sexualmente transmissíveis (DST), as questões de gênero, a intolerância à diversidade e o uso de substâncias psicoativas.

Dessa forma, antes de começar a falar da abordagem preventiva ao uso de álcool e outras drogas no ambiente escolar, faz-se necessário que você, professor, coloque-se em contato consigo mesmo sobre os seus valores, pré-conceitos e representações sociais das pessoas que fazem uso de drogas.





PARA VOCÊ, QUEM É A PESSOA QUE FAZ USO DE DROGAS?

COMO É ELA? O QUE ELA FAZ? O QUE ELA TE TRANSMITE? O QUE VOCÊ SENTE?

AGORA, PENSE EM TODAS AS SITUAÇÕES EM QUE VOCÊ VIU DROGA NA ÚLTIMA SEMANA.

ONDE FOI? QUEM USAVA? COM QUAL OBJETIVO? QUAL ERA A DROGA?

É possível que você tenha visto a propaganda de cerveja na televisão; a imagem da captura de drogas pela polícia no jornal; o seu vizinho bebendo no bar; o churrasco de domingo na sua casa, com bebida alcoólica; o pai do aluno que chegou à escola fumando; a professora que tomou o remédio para melhorar a dor de cabeça; seu pai hipertenso, que faz uso controlado de medicação; sua comadre que toma medicação para dormir devido à insônia.

Há diferença entre a imagem que você tem da pessoa que usa drogas e das situações em que você viu droga na última semana? Se sim, você se perguntou por quê?

342

Como vimos no começo do texto, a droga assume distintos significados em diferentes contextos, isto é, a análise feita sobre ela está diretamente relacionada aos contextos sociais em que o uso é feito e aos controles que a sociedade exerce, seja por meio das leis, seja por meio dos valores e costumes culturais.

Por estarem diretamente ligadas a cada momento histórico, as drogas receberam características negativas ao longo do tempo e seus usuários foram estigmatizados, exercendo, assim, um importante papel de

controle e de ordenação da sociedade. No Brasil, por exemplo, a proibição da maconha na legislação (Código Penal de 1940) está diretamente relacionada à necessidade de se ampliar o controle sobre as pessoas negras, intensificando-se as ações de repressão a essa população – cena ainda comum nos dias atuais. Em outras palavras, a proibição da maconha serviu para “fortalecer discriminações e preconceitos, raciais e de classe, adequando-se muito bem aos planos de intervenção disciplinar no modo de vida das populações pobres do Brasil” (MACRAE, 2014, p. 39).



Saiba mais

A partir dos anos 1990, a legislação brasileira avançou nas políticas de atenção aos usuários de álcool e outras drogas, buscando se contrapor à lógica da medicalização e da criminalização. Considerando isso, são destaques a abordagem de redução de danos, a intervenção breve, o reordenamento da Política Nacional de Drogas – em específico das drogas ilícitas, a Lei 10.216, de 2001 - que trata da proteção aos usuários da Saúde Mental e de álcool e outras drogas, e a criação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, em 2002.

Sobre os modelos e as políticas nacionais sobre drogas, leia o artigo: Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016 (TEIXEIRA et al. 2017). Disponível na Biblioteca do curso.





O slogan “guerra às drogas” foi e é usado especificamente de forma negativa em relação às drogas ilícitas e associada a um clima de insegurança social. Tal estratégia tira o foco das reais causas que motivam esse clima: o modelo socioeconômico vigente e sua intrínseca desigualdade social, com políticas públicas que não conseguem superar os problemas sociais.

Assim, o usuário é geralmente concebido, de maneira estereotipada, como irresponsável e incapaz de gerir adequadamente a sua vida. Dessa forma, problemas estruturais da sociedade, como a má distribuição de renda, as deficiências dos sistemas de educação, saúde e segurança pública, não são levados em conta. Formadores de opinião, como políticos, líderes religiosos, jornalistas e policiais, elegem um inimigo imaginário: o “drogado” ou “viciado”, para servir de bode expiatório. É ele o responsabilizado por todos os problemas que afligem a sociedade. Sob o pretexto de combatê-lo e ao tráfico que o sustenta, são propostas medidas repressivas que, de fato, servem, primordialmente, para a manutenção do sistema político-econômico (MACRAE, 2014, p. 37).

Compreender a impossibilidade de um mundo sem drogas e a sua importância para a regulação da sociedade, uma vez que elas existem desde o começo da história da humanidade, nas mais diversas organizações sociais, ajuda-nos a entender a representação social, a imagem que a população faz sobre o uso e o usuário de drogas.

Essa imagem pode tanto reforçar estigmas e preconceitos, como contribuir para o acolhimento de pessoas que apresentam problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e de seus familiares, além de promover ações efetivas na prevenção do uso problemático. Pode afastar pessoas que precisam ser acolhidas ou trazê-las para perto e, junto com elas, traçar novos caminhos.

343

Por isso, o início deste texto se propôs a reconhecer as nossas próprias concepções, pois elas influenciam nossas ações, e você, professor, pode ampliar a capacidade de acolhimento e de implantar intervenções mais adequadas à realidade do cotidiano.

Desse modo, é importante que as reflexões sejam extensivas e partilhadas com sua equipe de trabalho, com as pessoas com quem convive e com a comunidade em que está inserido, para que os preconceitos sejam desconstruídos e haja a promoção de estilos de vida saudáveis, que respeitem as particularidades.





4. DROGAS



PARA COMEÇAR A CONVERSA, O QUE É DROGA?

344

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1993), droga é qualquer substância natural ou sintética que, administrada por qualquer via no organismo, afeta sua estrutura ou função. Entre elas, chamamos de drogas psicotrópicas ou substâncias psicoativas aquelas utilizadas para alterar o funcionamento cerebral, levando a modificações do estado mental.

As drogas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Quando considerada sua origem, podem ser classificadas em *naturais*, em que a matéria prima é proveniente da natureza, como plantas que possuem princípios psicoativos; em *semisintéticas*, quando se fazem manipulações químicas, em laboratório, nas drogas naturais; ou *sintéticas*, produzidas integralmente por meio de manipulações químicas em laboratório. Também podem ser classificadas em lícitas e ilícitas, a depender da legalidade de seu consumo e da comercialização em determinada sociedade.

Quando o critério para sua classificação é a ação no Sistema Nervoso Central (SNC), as drogas podem ser classificadas como:

Depressoras: reduzem as atividades cerebrais e as funções orgânicas de modo geral. Apresentam tendência a diminuir a atividade motora e a reatividade à dor e à ansiedade. É comum um efeito inicial de euforia e um posterior aumento da sonolência. São exemplos dessas drogas: álcool, barbitúricos, benzodiazepínicos, solventes ou inalantes e opióides.





Estimulantes: aumentam a atividade no Sistema Nervoso Central (SNC) e no Sistema Nervoso Autônomo (SNA), uma vez que tendem a provocar estado de alerta exagerado, insônia e aceleração dos processos psíquicos. São exemplos: cocaína, anfetamina, nicotina e cafeína.

Perturbadoras: provocam alterações no funcionamento cerebral, modificando qualitativamente suas atividades, visto que tendem a provocar distúrbios no funcionamento do cérebro, que passa a trabalhar de forma desordenada. Assim, podem alterar o senso de tempo e espaço e provocar delírios e alucinações. O LSD (doce ou papel), o ecstasy (bala) e a maconha são exemplos desse tipo de droga.

Para conhecer mais sobre cada tipo de droga e seu efeito no organismo, procure fontes confiáveis, baseadas em evidências científicas. Recomendamos: (Disponíveis na Biblioteca do Curso)



CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Universidade Federal de São Paulo - Departamento de Psicobiologia. Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas. São Paulo: SENAD, 2007.

NICASTRI, Sérgio. Drogas: classificação e efeitos no organismo. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas – 6 ed. atual. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

345

Isso nos leva a outra constatação: nenhuma droga, por si só, é boa ou má! Existem drogas, por exemplo, que provocam alterações da consciência e são usadas com finalidade terapêutica, medicamentosa e têm efeitos benéficos (ansiolíticos, opióides, canabidiol). Porém, se consumidas de forma abusiva e contínua, podem trazer malefícios à saúde.

Observamos, também, que existem diferentes *padrões de uso* das substâncias psicoativas. A pessoa pode ser *abstinente* em relação a determinada substância, ou

seja, escolher não consumi-la durante a vida, ou pode ter feito um uso *experimental*, isto é, ter provado experimentalmente e, no entanto, não fazer mais uso. É importante destacar que o fato de já ter usado uma determinada substância não impede que a pessoa seja abstinente de outra e que o uso experimental pode ou não vir a ser um uso frequente. Contudo, também devemos registrar que, às vezes, um único uso de determinada substância pode trazer prejuízos. Por exemplo, ao fazer uso pela primeira vez de um inalante, uma pessoa pode ter complicações clínicas.





Para refletir

Se a experimentação não é determinante de um uso contínuo ou abusivo, posturas punitivas, alarmistas e apavoradas com adolescentes podem provocar neles reações de rebeldia e agressividade que dificultam o relacionamento e a confiança necessários para um diálogo educativo. Desse modo, professor, é importante que eles reflitam sobre as consequências do consumo e busquem reduzir os riscos e danos a ele associados.

Quando a pessoa aumenta a frequência do consumo de determinada substância, passa a fazer um uso *esporádico* ou *frequente* – padrões de consumo que podem não representar um problema, embora possam apresentar riscos. Há a possibilidade de que o uso não problemático se torne *abuso* (ou *uso nocivo*), aumentando o risco de consequências. Como vimos antes, vai depender do sujeito que faz uso, da substância usada e do contexto de uso. A identificação do abuso tem relação com a presença de algum tipo de problema nas diferentes áreas da vida da pessoa, por exemplo, se apresenta faltas ao trabalho, brigas, envolvimento em acidentes, mudança de comportamento, como agressividade ou impulsividade (OMS, 1997; American Psychiatric Association, 2003).

346

O uso abusivo, entretanto, não significa dependência, pois, quando se está dependente, o indivíduo tem dificuldade de controlar o consumo, priorizando o uso da substância em detrimento de outras atividades que antes tinham maior valor. Por isso, ela se caracteriza por ser um fenômeno fisiológico, comportamental e cognitivo, em que a pessoa tem dificuldade de parar ou diminuir o consumo por conta própria, sem auxílio externo.

Quando há a interrupção parcial ou total de uma droga consumida em excesso, pode ocorrer a *síndrome de abstinência*, caracterizada pela aparição de alguns sintomas, como: insônia, tremores, ansiedade, náuseas, vômitos, sudorese, alteração da pressão arterial, aumento da frequência cardíaca, alterações do comportamento, como ansiedade, irritabilidade, disforia, inquietação, agitação motora e outros sinais, como convulsões.

Lembre-se que os limites entre um estágio e outro não são claramente definidos, tampouco se trata de um processo linear e irreversível. Isso quer dizer que uma pessoa pode transitar entre os diferentes padrões de consumo: reconhecer que determinada substância lhe causa consequências indesejáveis, diminuindo ou eliminando, assim, o seu consumo; ou pode manter o mesmo padrão durante anos; ou aprofundar o uso, mesmo que isso lhe traga problemas; e, depois, melhorar ou recair.

Lembre-se também, professor, de que o fato de a grande maioria das pessoas que consomem álcool e outras drogas não serem dependentes, não significa que o padrão de uso que fazem não lhes esteja causando problemas físicos, mentais, emocionais ou sociais.

É NECESSÁRIO AVALIAR AS CONSEQUÊNCIAS DE QUALQUER USO DE DROGAS PARA CADA PESSOA!





5. FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS



347

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Relembrando! Como visto nos módulos anteriores, situações ou fatores de risco são aqueles que aumentam a possibilidade ou a exposição a riscos, ou que levam a pessoa a assumir comportamentos de risco. Já os fatores de proteção são condições que podem diminuir ou sanar a exposição ao risco, podendo também atuar de forma benéfica no enfrentamento de situações de risco.

A PRAÇA NA FRENTE DA ESCOLA
É UM FATOR DE RISCO OU DE PROTEÇÃO?





Depende! Nenhum fator por si só pode ser classificado como de risco ou de proteção. Precisamos olhar cada um deles e ver como ele influencia cada pessoa. O mesmo fator pode ser de risco em uma situação e de proteção em outra, o que determina é o benefício ou o comprometimento que a situação pode causar naquele contexto. A praça, por exemplo, pode representar risco se nela há pessoas consumindo drogas e as oferecem aos estudantes. Mas, ela também pode ser proteção se o seu espaço é usado para práticas saudáveis de esportes e atividades culturais.

É importante lembrar também que os fatores de risco e de proteção podem estar presentes em qualquer área da vida: família, amigos, escola, trabalho, comunidade. E, por isso, a pessoa deve ser vista em sua relação com eles.

Um adolescente com dificuldade de comunicação, inibido, por exemplo, pode

fazer uso de bebidas alcólicas para se sentir extrovertido e se inserir em um grupo. Outro adolescente, com essas mesmas características, pode se afastar de um grupo que “só pensa em festa e bebida”, por não se identificar com ele.

Também podemos observar que os fatos das histórias de vida não são determinantes, dependem dos recursos que cada pessoa desenvolve para lidar com eles. Assim sendo, um adolescente, cuja família faz uso abusivo de álcool todos os fins de semana, tanto pode sentir-se estimulado a beber desde cedo, quanto pode não querer fazer uso de bebidas, ao não querer seguir o exemplo de seus familiares. Contudo, estudos mostram que alguns fatores são considerados de maior vulnerabilidade e risco, como: diversas violências (doméstica, sexual), frágeis vínculos familiares, baixa escolaridade, abandono, privações, pobreza.

348

O modelo sociocultural-econômico contemporâneo, com sua globalização, consumismo e imediatismo, em que as coisas são efêmeras e descartáveis, também tem sido apontado como risco, ao afetar diretamente o jeito de ser e viver das pessoas, “levando, inclusive, a alterações nas relações psicossociais, ao gerar uma falta de perspectivas futuras e o gradual esvaziamento do desejo de ser das pessoas, o que acarreta dificuldades na constituição de projetos e perspectivas de vida” (BRASIL, 2014, p.16).

Em suma, os fatores e as situações de risco e de proteção ganham um significado individual para cada pessoa, que pode contribuir para expô-la a riscos ou para afastá-la deles. Cabe, então, ao educador analisar cada situação e se perguntar:

COMO AUMENTAR A PROTEÇÃO DOS ESTUDANTES ADOLESCENTES,
A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ESCOLA COMO PARCEIRA
NA REDE COMUNITÁRIA À QUAL PERTENCE?





6. ADOLESCÊNCIA E O USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS



A adolescência, como visto nos módulos anteriores, pode ser compreendida como uma fase de passagem, de transformações fisiológicas, psíquicas e sociais, que afetam diretamente o modo de ser e agir dos adolescentes.

Sobre a adolescência, Albertani (2014, p. 113) nos leva a refletir que

São próprias dessa fase a busca de identidade e a curiosidade, que incluem a realização de múltiplas experiências. As ações para alcançar esses objetivos não têm, em geral, a intenção de adotar um comportamento, mas de viver uma situação para conhecer, sentir e integrar-se. E isso também ocorre com o consumo de substâncias psicotrópicas. Um jovem não se

torna “usuário” de uma determinada droga de uma hora para outra. Existe um momento de experimentação, que pode ou não dar origem ao uso sistêmico. (...) A grande maioria dos jovens que, em algum momento, faz uso de determinadas drogas não passa ao uso frequente ou abusivo.

349

A forma como o adolescente lidará com todas as mudanças, inseguranças e dúvidas oriundas dessa fase é fruto das conquistas advindas do seu processo de desenvolvimento pessoal e é influenciada por questões socioeconômicas, culturais e familiares, o que confere a cada adolescência uma trajetória singular, recheada de diferentes fatores de risco e de proteção, que podem facilitar ou retardar o uso de substâncias psicoativas.

Por isso, a importância de se compreender as diferentes formas de ser e estar do adolescente no mundo e estimulá-lo a atuar criativamente, de forma inovadora, promovendo transformações positivas no meio em que vive.

Considerando que a adolescência é uma trajetória singular, pode-se afirmar que este é um grupo heterogêneo, e que generalizações podem nos levar a pré-conceitos, ro-





tulações e estigmatizações – ações que, como vimos no começo do texto, nos afastam de uma abordagem acolhedora e efetiva na prevenção do uso de drogas.

As drogas, lícitas e ilícitas, fazem parte do cotidiano da sociedade e, conseqüentemente, compõem o cenário da vida social do adolescente. Nesse sentido, a experimentação de drogas apresenta-se como uma experiência, uma curiosidade, que pode ou não se instalar na vida do adolescente. Logo, o uso de substâncias psicoativas não é uma escolha pessoal alheia ao contexto social.

Para conhecer melhor o uso de drogas entre estudantes, o CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) e a SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília – SENAD) desenvolveram estudos com estudantes de ensino fundamental e médio nas capitais brasileiras e, assim, mudanças de comportamento foram notadas ao longo das diferentes edições: 1987, 1989, 1993 e 1997, 2004 e 2010.

Considerando esse estudo, na edição de 2004, por exemplo, o uso de álcool (65,2%) e de tabaco (24,9%) chamaram atenção, acompanhados do uso de solventes (15,5%) e, em menor escala, de maconha (5,9%), ansiolíticos/calmantes (4,1%) e anfetamínicos/estimulantes.

Na edição de 2010, quando incluíram estudantes tanto da rede pública, como da rede privada, verificaram que:

350

Álcool e tabaco são as drogas de maior prevalência de uso na vida, em todas as capitais, seguidas pelos inalantes. O crack não é uma droga de destaque entre estudantes. As prevalências de consumo diferem substancialmente entre as regiões. Alunos de escolas particulares apresentam maior prevalência de uso de drogas para os padrões de uso na vida e ano, porém os de escola pública apresentam maiores índices de uso pesado, quando comparados aos de escolas particulares. Comparativamente, houve diminuição do consumo de drogas entres os estudantes nos últimos 6 anos. A única exceção a esta tendência de diminuição recente de consumo se deu em relação à cocaína. (CEBRID, 2010, p. 413).

É muito importante, professor, buscar conhecer essas informações sobre o comportamento dos adolescentes e os fatores de risco associados, pois elas podem se reproduzir ou ser singulares na sua comunidade e/ou escola.



Saiba mais

Acesse as pesquisas do
[Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas](#) – OBID.





Para adolescentes em situação de rua, por exemplo, a droga é utilizada para minimizar as faltas que sentem, tanto no âmbito fisiológico (redução da sensação de frio e fome), como no sentido de suas existências, ocupando o tempo, deixando-os indiferentes diante de suas próprias condições de vida. (SUDBRACK, 2014a).

As drogas podem apresentar-se também como solução, ou alívio de tensão, para os conflitos e desafios enfrentados nessa fase da vida: “As diversas carências vividas agravam as angústias naturais em relação ao futuro, às tarefas sociais e às suas responsabilidades como membros de uma comunidade. Desse modo, é muito difícil para esses jovens imaginar a construção de um projeto de vida” (SUDBRACK 2014a, p. 186).

Nessa linha de pensamento, Sudbrack (2014b, p. 164) nos alerta, porém, que mais importante do que saber o porquê do uso de uma substância é entender o que o adolescente está querendo dizer com isso, uma vez que não consegue usar palavras e expressa seus sentimentos por meio de seus atos.

Embora o uso precoce de substâncias psicoativas possa prejudicar o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social do adolescente, ele tem dificuldade em admitir que elas possam causar problemas, o que dificulta a abordagem da questão, especialmente as orientadas pelo amedrontamento e alarmismo como estratégia de mobilização, ou as que pregam o absentismo como único modelo a ser seguido, algo bem distante da realidade.

Dessa maneira, é fundamental que os adolescentes reflitam sobre os fatores de risco e de proteção presentes em sua vida, sua família e sua comunidade e se tornem mais conscientes de como suas relações nessas esferas influenciam seus comportamentos, potenciando, assim, aqueles que evitam riscos.

Portanto, é imprescindível que o professor e os adultos que convivem com o adolescente deixem de vê-lo como negativo, destrutivo, “caso perdido” e acreditem que ele possa ser o protagonista das mudanças necessárias em sua vida, estimulando-o a ter consciência de sua realidade e a agir diante dela.





7. ESCOLA REAL, PREVENÇÃO POSSÍVEL



352

Geralmente, quanto mais cedo uma pessoa começa a fazer uso de substâncias psicoativas, maior a probabilidade de vir a ter problemas com elas. Nesse contexto, destacamos a prevenção como importante estratégia para retardar o início do uso de álcool e outras drogas, principalmente entre adolescentes. Contudo, precisamos assumir que as drogas fazem parte da vida de muitos adolescentes e que temos que nos preparar para lidar da melhor maneira possível, de forma a promover saúde e reduzir danos.

Fazer prevenção é manter postura crítica sobre costumes, valores, modos de vida, formas de lazer e até de busca de soluções ilusórias no enfrentamento de situações do cotidiano de cada um: stress, angústias, frustrações, ou então, na busca provisória de desempenho no trabalho, afirmação na roda de amigos e até de companhia para vencer a solidão. (SUDBRACK, et. al., 2014, p. 75)

Como vimos, é impossível uma sociedade sem drogas, assim como é impossível manter a escola alheia a essa questão.





O enfrentamento dos problemas ocasionados pelas drogas possui duas vertentes principais: a redução da oferta das substâncias e a redução da demanda por elas. As ações de redução da oferta são responsabilidade da justiça, segurança pública e defesa. Já a redução da demanda envolve uma série de políticas, como saúde, educação, assistência social, trabalho, moradia etc., que devem atuar de forma intersetorial sobre os fatores que levam as diversas populações a usar drogas. No nosso caso, devem atuar para garantir a proteção integral de adolescentes em situações de risco.

O professor, nesse contexto, possui um papel estratégico e pode ser o ponto de referência dos adolescentes na escola. Ele organiza, conduz e media o processo educativo, entendido para além dos conteúdos das disciplinas, com o qual tem a

possibilidade de provocar mudanças que afetem diretamente a vida dos alunos.

Mediar, com intencionalidade, as inúmeras ações presentes nas relações do contexto escolar pode contribuir para modificar muitas práticas sociais que geram rótulos, preconceitos e outras dificuldades nos relacionamentos interpessoais. (MARINHO - ARAÚJO, 2014, p. 30).

Não cabe ao professor enfrentar o traficante que está oferecendo drogas para os adolescentes. Contudo, cabe ao professor usar a criatividade para desenvolver atividades que levem os adolescentes a participarem ativamente da construção de espaços de vida saudáveis, acolhedores de diferenças e que favoreçam o pleno desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos.

A prevenção possível diz respeito à criação de um ambiente escolar saudável, acolhedor e afetivo, propício ao desenvolvimento biopsicossocial, em vez de um lugar de fracasso e exclusão, que promova a participação de todos os atores e facilite a construção de projetos de vida!



Fique de olho

Portanto, professor, uma escola aberta a oportunidades de crescimento, participação e expressão de alunos e funcionários é uma escola com maior possibilidade de criação de laços afetivos e de satisfação, uma escola com menos sofrimento, o que se constitui um fator de proteção ao uso precoce de álcool e outras drogas.





8. ESCOLA:

ESPAÇO DE PREVENÇÃO



354

ENTÃO, PROFESSOR, VAMOS COMEÇAR A FOCAR NO QUE QUEREMOS: FAZER PREVENÇÃO NA ESCOLA!

Para início de conversa, *por que fazer prevenção ao uso de álcool e outras drogas na escola?*

Existem muitas razões pelas quais o espaço escolar é indicado para prevenir vulnerabilidades e riscos. A começar que é na adolescência que ocorrem muitas experimentações e é na escola que crianças e adolescentes passam boa parte da sua vida e do seu tempo. Ademais, a escola, como instituição, exerce papéis culturais, políticos e de proteção social.

Nesse sentido, entendemos que a escola é um espaço significativo na construção da vida em sociedade, na medida em que é onde as crianças e adolescentes vão desenvolver o pensar e agir fora do âmbito familiar, conferindo, assim, ao ambiente escolar, um espaço privilegiado de reflexão e formação de consciência crítica.

Nessa perspectiva, a escola pode contribuir tanto para a perpetuação de injustiças e desigualdades da sociedade, quanto para promover mudanças que permitam o rompimento dessas estruturas. Não existe neutralidade! Quando a escola não trabalha alguns temas ou se ausenta do debate das questões que estão ocorrendo na sociedade,





como o racismo, a não igualdade de gênero, o *bullying*, o uso de drogas, a violência, entre outros temas, e se silencia, ela está concordando com a ordem instituída, que pode ser a opressora. Cabe ressaltar que ambientes e relações opressoras podem se constituir em fatores de risco para o uso de álcool e outras drogas.

Portanto, é pertinente que a escola assuma a responsabilidade de reinterpretar e ressignificar ideologias no sentido de caminhar para a defesa de interesses sociais justos e democráticos, favorecendo a promoção da saúde integral do adolescente. Assim, para a escola, “a prevenção do uso de álcool e de outras drogas é uma tarefa que integra a sua função educacional e deve fazer parte do seu projeto pedagógico” (ALBERTANI et. al., 2014, p. 141). Então,

“O QUE VOCÊ, PROFESSOR, ESTÁ QUERENDO ALCANÇAR FAZENDO PREVENÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA ESCOLA?”

Se sua resposta foi “que os alunos não usem drogas”, ou seja, que sejam abstinente, talvez sua perspectiva esteja longe da realidade concreta, ao assumir que qualquer consumo de droga é prejudicial. Além do que as abordagens de “guerra às drogas”, “não às drogas”, “droga mata”, têm pouca efetividade na sensibilização e mudança de comportamento dos adolescentes.

Não queremos dizer que os adolescentes devem consumir drogas, mas assumimos que as drogas fazem parte da sociedade e que os adolescentes, inevitavelmente, terão contato com elas. Desse modo, compreender o adolescente, seu contexto, a rede que o coloca em risco e que o protege, mostra-se uma abordagem mais realista e eficaz para diminuir problemas sérios.

Em vista disso, propomos que as ações de prevenção promovam reflexões que permi-

tam ao adolescente não usar a droga como subterfúgio para outras questões, que ele tenha informações e visão crítica das situações e dos problemas e que elas sejam suficientes para ele decidir. Propomos que sejam desenvolvidas ações que formem cidadãos com autonomia e capacidade de escolha responsável e consciente.

Esse é um enorme desafio e os resultados, muitas vezes, não são imediatos. Mas, certamente, vale a pena o investimento!

Não se trata de um trabalho pontual diante da constatação do consumo de drogas naquela unidade escolar, mas de portanto, de uma decisão de atuar na formação integral dos alunos com as circunstâncias do mundo de hoje, pois o uso de drogas é um dos aspectos que deve ser considerado. (ALBERTANI, et. al., 2014, p. 138).

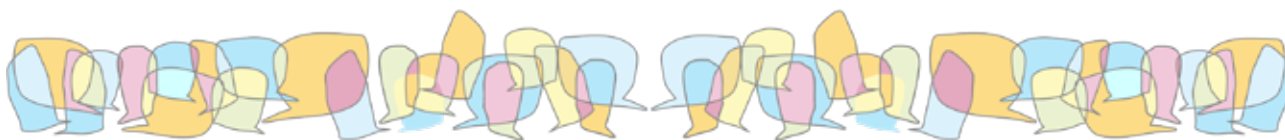
355



Para refletir

Quando iniciamos um projeto, enchemos-nos de desejos e expectativas, ainda mais se ele pode contribuir para a diminuição de vulnerabilidades e riscos. Contudo, temos que cuidar para não transferir nossas expectativas pessoais para os adolescentes e suas famílias, uma vez que eles têm autonomia e devem ser protagonistas de suas histórias de vidas!

Entretanto, mesmo que eles frustrem suas expectativas, é fundamental que você esteja ao lado deles, disponível para acolhê-los, construindo e reconstruindo alternativas junto com eles!



9. AÇÕES DE PREVENÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA ESCOLA



356

Afinal, o que você, como professor, pode fazer?

Não há receita mágica! Mas, ao longo deste texto, apontamos a importância da abordagem ao uso de substâncias psicoativas não ter o objetivo de combater as drogas, mas, sim, assumir o desafio de se implicar como agente educador e promotor de saúde no ambiente escolar, com foco na promoção e na prevenção para o desenvolvimento de ações de fortalecimento dos fatores de proteção e de redução dos fatores de risco.

Didaticamente, as ações de prevenção podem ser dirigidas a um grupo geral, (prevenção universal ou global) ou a um público específico, seja um grupo que apresenta maior exposição a riscos (prevenção seletiva), seja um grupo que já faz uso de substâncias psicoativas com maior risco (prevenção indicada). As ações preventivas também se estruturam em prevenção primária, secundária e terciária.

Dessa maneira, as ações com foco na prevenção primária visam retardar o início do uso ou evitar que ele se instale. Nessa perspectiva, e em relação à questão do uso de álcool e outras drogas, busca-se dar ênfase em ações com foco no desenvolvimento da autonomia das pessoas que já experimentaram ou fazem uso moderado de alguma substância, para evitar a continuidade do consumo ou que passem a fazer um uso menos frequente e prejudicial.

Na prevenção secundária, o foco está direcionado às pessoas que estão fazendo uso prejudicial de álcool e outras drogas. Nessas situações, além da articulação de uma rede de apoio e proteção, tem que se conhecer a rede de cuidado de saúde do seu território, que pode ser acionada e referenciada na oferta de tratamento especializado. Essa rede especializada pode ser a Estratégia Saúde da Família, o Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil – CAPS i, entre outros.





Já a prevenção terciária abarca ações com foco na reabilitação e inclusão social de pessoas que apresentam ou tiveram problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, de forma a não perpetuar posturas de negação da sua subjetividade, preconceitos e estigmas, e prejuízos a sua qualidade de vida, de forma a favorecer o seu processo de desenvolvimento formativo e a adoção de hábitos saudáveis de vida.

Essas divisões contribuem com o planejamento de ações para o enfrentamento

dos problemas que perpassam o cotidiano escolar e o processo de desenvolvimento do estudante adolescente. Nesse sentido, o planejamento de uma escola promotora de saúde contempla definir a abordagem de prevenção que vai orientar o trabalho, conhecer a realidade, identificar as demandas, definir os objetivos, estabelecer metas, traçar estratégias, identificar os parceiros e atores envolvidos, preparar a equipe de trabalho e articular a rede social para colaborar de forma ativa e comprometida com os processos de mudanças necessários.

Assim, a escola promotora de saúde requer o desenvolvimento da articulação de redes sociais, a participação e a integração da família e da sociedade. (LIMA, et al, 2010). É importante envolver a família, em todo o processo preventivo, buscando conhecer a sua dinâmica e vulnerabilidade quanto aos fatores de risco e de proteção no contexto de uso de drogas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, promulgado pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, permite ampliar o nosso conhecimento da rede de proteção que deve assegurar os direitos da população infanto-juvenil, especialmente as que se encontram em vulnerabilidade e sofrimentos social e psíquico, como maus tratos, violência sexual e doméstica, trabalho infantil em diferentes modalidades (doméstico, trabalho escravo, economia familiar, sexual, narcotráfico), situações em conflito com a lei e etc. Existe uma extensa rede a quem devemos acionar sempre que necessário, a saber: os Conselhos dos direitos da criança, os Conselhos Tutelares, Sistema Único de Assistência Social (Centros de Referência em Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS), Justiça da Infância e da Juventude - Varas especializadas do Poder Judiciário), entre outras.

357



Saiba mais

Professor, você conhece outros recursos, projetos ou pontos da rede que podem contribuir para agregar e potencializar as intervenções preventivas? Veja alguns exemplos de trabalho em rede no material do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. Disponível na Biblioteca.





A educação permanente em serviço é uma ferramenta importante para qualificação dos professores afinados com os princípios de uma escola promotora de saúde e de educação, de maneira a acolher os diferentes comportamentos dos estudantes escolares e oferecer aos adolescentes saberes que permitam identificar as situações de risco e fazer escolhas mais assertivas para hábitos e estilo de vida mais saudáveis.

Nesse processo, torna-se fundamental o diálogo entre professores e alunos, estimulando estes últimos a uma reflexão crítica e a usar a criatividade para solução de problemas, resgatar as suas competências, acreditar no seu potencial, favorecer o seu desenvolvimento psicossocial e a participação ativa em atividades construtivas.

358

Os vínculos de confiança estabelecidos entre professores e alunos são importantes para o planejamento de ações mais efetivas e, muitas vezes, esse laço se dá de forma natural. Contudo, os professores precisam estar atentos a essa construção, objetivando consolidá-la e transformá-la em ações preventivas. Destarte, expressar interesse pelo processo de aprendizagem, para além da sua disciplina particular, pelas iniciativas e comportamento dos estudantes, valo-

rizar os seus progressos e auxiliar nas dificuldades, tratar todos os alunos com a mesma atenção, reconhecer os esforços empreendidos e estar disponível para acolher as inquietações, são algumas atitudes que ajudam a estreitar a relação e confiança entre professores e alunos.

Também cabe um olhar diferenciado para as redes de relações e vínculos, tanto dos adolescentes como indivíduos, quanto da escola como instituição. Não se quer com isso identificar vítimas e culpados, mas, sim, compreender, por meio do processo das relações, como essas pessoas se mantêm ligadas a um determinado problema e, a partir dessa compreensão, traçar estratégias efetivas que possibilitem mudanças de comportamento e construção de vínculos saudáveis.

Entretanto, pesquisas e experiências mostram que existem alguns pontos que tendem a melhorar os resultados de ações de prevenção. Assim, destacamos a experiência do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Ministério da Justiça, e a Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação (SEB-MEC). Alguns desses pontos são:





- Ações desenvolvidas em conjunto, desde o seu planejamento, que conte com representantes de todos os segmentos da escola e que aproveitem os recursos existentes na escola e na comunidade;
- Continuidade das ações, desenvolvidas a longo prazo (que não sejam pontuais), preferencialmente, que façam parte do projeto político-pedagógico da escola;
- Integração do tema drogas ao currículo e trabalho de forma transversal e interdisciplinar, por meio de métodos interativos que estimulem a construção do conhecimento e a curiosidade por informações verdadeiras e livres de preconceitos;
- Integração com outras ações de promoção da saúde;
- Transformação da escola em um ambiente acolhedor, de aceitação, confiança, prazer, onde os adolescentes queiram estar. Isso não significa que eles possam fazer o que quiserem, ao contrário, é fundamental que os limites e as regras estejam claramente definidos e que eles entendam a autoridade da escola;
- Conhecimento do aluno e sua realidade, o que pensa, o que já sabe, quais suas dúvidas, crenças, a fim de preparar atividades mais adequadas;
- Respeito e diálogo do conteúdo com a cultura da comunidade, inclusive conteúdos didáticos podem ser produzidos a partir da realidade local. As experiências da comunidade e dos adolescentes também podem ser usadas como exemplos para reflexão, considerando-se os aspectos éticos e o não constrangimento a ninguém;
- Proposição de ações para os diferentes públicos: estudantes, famílias, funcionários da escola, comunidade, respeitando-se a faixa etária, as expectativas e as características de cada um;
- Professores preparados para lidar com seus medos e preconceitos.

Proposição de atividades que:

- Incentivem a reflexão crítica – o uso de situações-problema relacionadas com a vida dos adolescentes, por exemplo, estimula o senso crítico sobre a realidade;
- Estimulem os adolescentes a lidar com os desafios esperados para essa fase, por exemplo: vencer a timidez, se comunicar, se colocar diante de um grupo, agir diante de agressões, expressar sentimentos e opiniões, tomar decisões, lidar com frustrações etc.;
- Promovam o autoconhecimento, fortaleçam a autoestima, a criatividade, a participação social e a capacidade de enfrentar problemas;
- Estimulem o debate: funciona melhor do que um discurso preparado sobre drogas ou uma palestra; e
- Sejam prazerosas, despertem interesses que sejam alternativas ao uso de drogas. São exemplos as atividades artísticas, esportivas, recreativas, grêmios estudantis, grupos de estudo.





Fique de olho

Diferentes pesquisas mostram, professor, que o uso de palestras como atividade de prevenção ao uso de drogas entre adolescentes tem quase nenhum efeito na mudança de comportamento e de visão dos alunos. Muitas vezes, sua principal e única função é deixar os adultos com a consciência tranquila de que estão fazendo algo diante do problema (BRASIL, 2011).

Para as situações em que já existe o comprometimento de adolescentes com o uso de substâncias psicoativas, o professor deve ter uma postura de acolhimento, uma escuta sensível, evitar fazer julgamentos ou passar sermões. Ignorar a situação ou minimizá-la pode parecer que não há preocupação com o problema, o que desfavorece uma reflexão crítica sobre os riscos e as consequências.

Se essa conversa está existindo entre o professor e o adolescente, certamente há preocupação por pelo menos um dos lados, talvez um pedido de ajuda, e confiança e vínculo suficientes para motivar o estudante a mudar seu comportamento.

Nesse caso, professor, demonstre interesse no bem-estar e desenvolvimento do adolescente, procurando entender a mensagem que está por trás desse comportamento e construindo alternativas. Atente-se, pois, muitas vezes, pode-se fazer necessária a ajuda de profissionais especializados. Lembre-se, também, que você não deve transferir suas expectativas. Assim, não espere que o aluno saia da conversa pronto para mudar imediatamente. Mas, ele vai pensar no que foi conversado, vai saber que alguém se preocupa e olha para ele, que estará seguro, pode pedir ajuda e que será acolhido.

360

10. CONSIDERAÇÕES

FINAIS

O uso de substâncias psicoativas é conhecido desde os princípios da história da humanidade, tendo um significado diferente a cada momento histórico e uma importância no ordenamento das sociedades. Logo, a fim de trabalhar prevenção ao uso de álcool e outras drogas, é necessário refletir sobre seus próprios valores e se despir de estigmas e preconceitos.

Qualquer uso de substâncias psicoativas deve ser analisado pela tríade: **a droga em si**, com suas propriedades farmacológicas específicas, quantidade consumida, intensidade e frequência do consumo; **o sujeito que faz uso**, suas características individuais e singulares, tanto biológicas quanto de personalidade; bem como suas expectativas com relação à substância e o significado do uso para ele; e **o contexto de uso**, local onde o sujeito e a droga se encontram, com suas características socioculturais.

Vale lembrar que o uso experimental de substâncias psicoativas na adolescência é uma situação comum, que pode ou não vir a se tornar um uso problemático. Por isso, a importância de desenvolvimento de ações preventivas na escola.





Os fatores de risco e de proteção devem ser olhados de forma individual, já que o mesmo fator pode ter diferentes sentidos para cada pessoa. Ao fazer essa análise, os educadores devem se perguntar: Como aumentar a proteção dos estudantes, a partir da perspectiva da escola como parceira na rede comunitária à qual pertence?

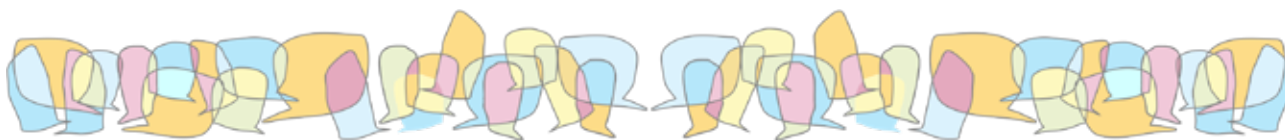
Abordagens punitivas, de “guerra às drogas”, que tentam provocar medo e alarmismo nos adolescentes, bem como o uso de palestras, tendem a causar menos efeito na mudança de comportamento dos adolescentes.

As ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas devem levar os adolescentes a refletir, criticamente, sobre os contextos de risco e de proteção presentes em suas vidas, bem como das relações que mantêm com eles. Essas ações devem, além disso, trabalhar habilidades e desenvolver competências para que os estudantes sejam sujeitos autônomos, com capacidade de escolha responsável e promotora de projetos e estilos de vida saudáveis.

Do mesmo modo, um ambiente escolar saudável, afetivo, acolhedor, que incentive a participação ativa de todos os seus membros e favoreça o desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes é uma importante estratégia de proteção dos adolescentes em situação de vulnerabilidade, posto que a escola não está sozinha e isolada da sociedade, assim como não é a única responsável pela proteção e cuidado dos estudantes. Contudo, ela é um ponto estratégico de articulação da rede! Dessa forma, a participação das famílias e da comunidade nas ações educativas potencializa o caráter protetor e preventivo da escola promotora de saúde.

Isto posto, cabe dizer que as drogas compõem o cenário da sociedade e, conseqüentemente, o ambiente escolar, assim como outros problemas sociais. Ignorar estes fatos é abster-se da função educativa de preparação de cidadãos críticos e participativos! Professor, não se acomode nem se cale diante das opressões e desigualdades! Cada um de nós pode fazer a diferença no ambiente em que vivemos!





REFERÊNCIAS

ALBERTANI, H. M. B. Diferentes relações com as drogas: abordagens na adolescência. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed. atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

ALBERTANI, H. M. B. SCIVOLETTO, S. ZEMEL, M. L. S. Trabalhando com prevenção na família, na escola e na comunidade. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed. atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-IV-TR: Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Drogas: cartilha para educadores - 2. ed., reimpr. conteúdo e texto original: Beatriz H. Carlini.– Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.

_____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias / Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. – 6. ed. – Brasília, DF : SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014.

362

CEBRID. VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2010/E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], - São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo 2010. SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília, 2010.

LIMA, M. G. PAZ, A. A. M. GUSSI, M. A. DIAS, R. C. As percepções dos alunos em uma escola pública de Brasília sobre o consumo de drogas e os fatores de riscos. Rev Tempus Actas Saúde Coletiva, v. 4, p. 59-70, 2010.

MACRAE, Edward. A história e os contextos socioculturais do uso de drogas. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. – 6. ed. – Brasília, DF: SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. A escola como espaço de transformações sociais e individuais. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed. atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

OLIEVEINSTEIN, Claude et al. A clínica do toxicômano: a falta da falta. Trad: Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.





OMS – Organização Mundial da Saúde. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Tradução: Dorgival Caetano, 1ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 69-82, 1993.

_____. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10ª rev. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

SUDBRACK, M. F. O. Acolhendo adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas no contexto de vulnerabilidade social e pobreza. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed. atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014a.

_____. Drogas e complexidade: do caos à transformação. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed. atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014b.

SUDBRACK, M. F. O. CONCEIÇÃO, M. I. G. RAMOS, M. E. C. Escola em rede: políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed. atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

_. Drogas e complexidade: do caos à transformação. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed. atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014b.

SUDBRACK, M. F. O. CONCEIÇÃO, M. I. G. RAMOS, M. E. C. Escola em rede: políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. – 6. ed. atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

TEIXEIRA, Mirna Barros; RAMOA, Marise de Leão; ENGSTROM, Elyne and RIBEIRO, José Mendes. Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.5, pp.1455-1466.





AVALIAÇÕES

	<p>Um grupo de cinco adolescentes se reuniu no intervalo das aulas para fazer um jogo com o objetivo de experimentar álcool: giravam uma garrafa e, em quem apontasse, tinha que escolher se respondia uma pergunta ou tomava uma dose de cachaça. Ao retornarem para a sala de aula, uma professora notou que o comportamento desses estudantes estava alterado e identificou o uso.</p> <p>Considerando a situação hipotética acima descrita e as possibilidades de intervenção da escola quanto à prevenção ao uso de álcool e outras drogas, julgue os itens que se seguem em Certo ou Errado.</p>	Gabarito
I	É responsabilidade da escola atuar sobre a redução da oferta de álcool e outras drogas.	
II	Como adolescentes são mais vulneráveis, o uso experimental realizado provavelmente se torne um uso abusivo.	
III	O educador, numa perspectiva preventiva, deve conversar com esses adolescentes usando uma comunicação sensível e acolhedora, para compreender qual mensagem está por trás da ação e refletir com eles sobre os riscos.	
IV	A realização de palestras é a ação mais efetiva para sensibilizar os adolescentes sobre os riscos do uso de drogas.	
X	Para compreender o significado do uso de drogas pelos estudantes, o educador não pode olhar só para a droga. Também precisa considerar o sujeito que faz uso dela, com suas características pessoais e expectativas, e o contexto do consumo.	

364

FÓRUM

O objetivo deste fórum é refletir, trocar experiências e aprender a partir das vivências da prática profissional.

Você ou a sua escola já viveu alguma situação de uso de álcool e outras drogas pelos alunos?

Se sim, a escola interviu ou ignorou a situação? Reflita sobre essa experiência e análise a intervenção realizada, destacando os pontos positivos da abordagem, o que poderia ter sido diferente e descreva os recursos potenciais existentes na sua escola e na comunidade que contribuem para o fortalecimento da escola como promotora de saúde. Se não, pense na sua escola e descreva os recursos potenciais que existem nela e na comunidade onde está inserida, para uma ação de prevenção ao uso de substâncias psicoativas na perspectiva da escola promotora de saúde.

Observe os cuidados éticos quanto ao sigilo da identificação das pessoas envolvidas. Utilize nomes fictícios se necessário.





ATIVIDADE PRÁTICA

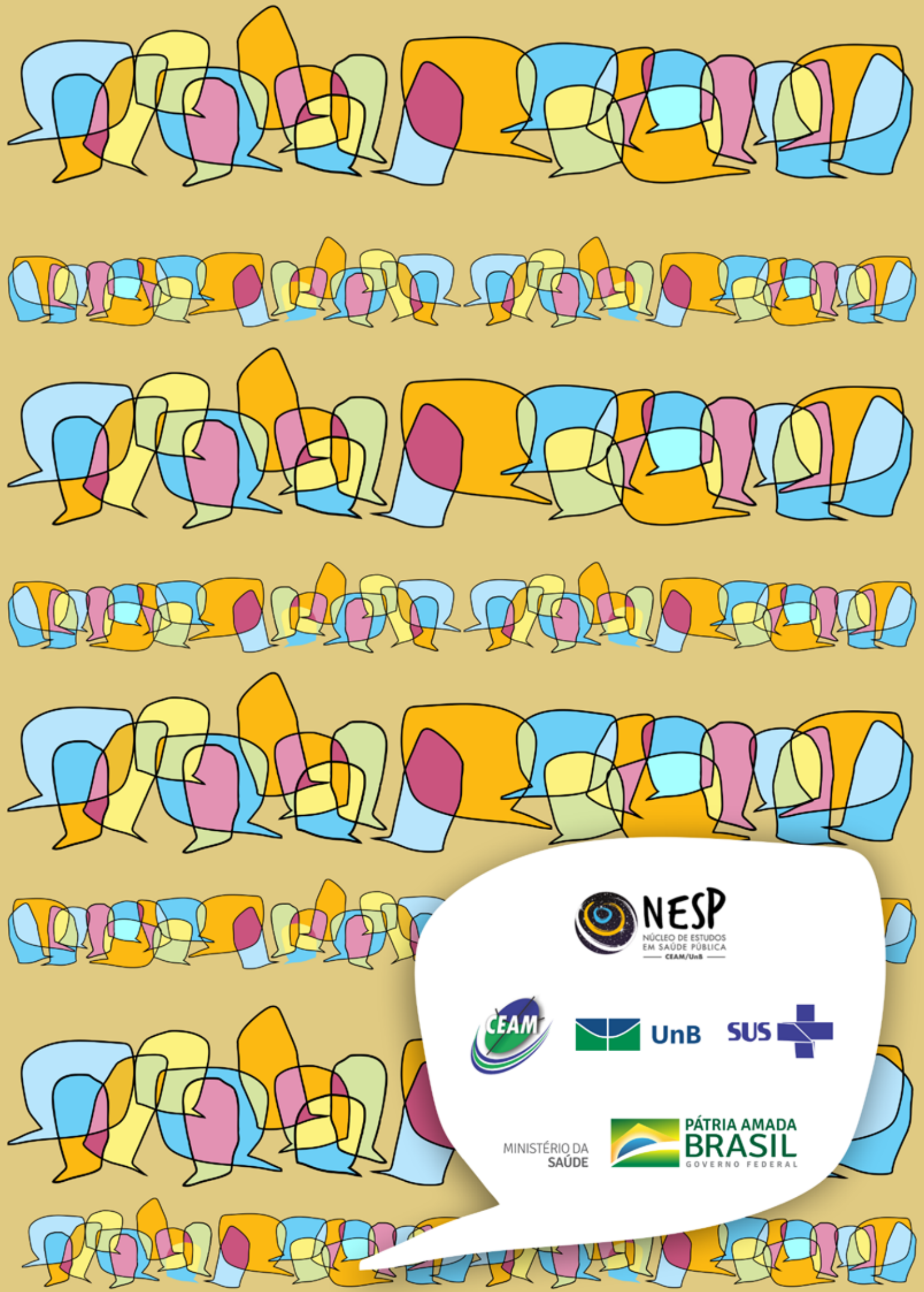
Como vimos, uma das maneiras de fazer prevenção ao uso de álcool e outras drogas nas escolas é integrar o tema drogas de forma transversal no currículo escolar. Porém, o primeiro passo é conhecer os estudantes e o que eles sabem sobre as drogas, quais suas dúvidas e seus anseios; quais fatores os alunos identificam como de risco e de proteção, seja na escola, na família e na comunidade.

Então, realize uma oficina dialógica com seus alunos para conhecer a percepção do uso de álcool e outras drogas na ótica dos adolescentes. Você pode engajar e convidar outros professores para, de forma interdisciplinar, ajudar na mediação do tema drogas na perspectiva da prevenção.

Utilize a criatividade e métodos interativos para alcançar os objetivos e contribuir para o desenvolvimento de habilidades dos estudantes, como posicionar-se diante de um grupo, valorizar as diferentes contribuições de cada um, trabalhar a timidez e etc.

Após realizar a oficina, faça um relato dessa experiência, descrevendo os objetivos propostos e a metodologia usada para explorar as percepções dos estudantes sobre o uso de álcool e outras drogas. Apresente uma síntese das percepções dos adolescentes (você pode fazer alguma análise sobre elas) e, de forma sucinta, quais ações podem ser desenvolvidas para a prevenção do uso de drogas pelos estudantes adolescentes, de maneira a fortalecer a sua escola como promotora de saúde.





MINISTÉRIO DA
SAÚDE



SOBRE OS AUTORES

RACKYNELLY ALVES SARMENTO SOARES

Docente do IFPB. Doutora em Modelos de Decisão e Saúde (UFPB), Mestre em Modelos de Decisão e Saúde (2012). Possui graduação em Tecnologia em Geoprocessamento pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2008). Atua como pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (UnB) na avaliação de políticas de iniquidades e na análise de situação de saúde. Membro da equipe editorial da *Tempus Actas de Saúde Coletiva*. Atualmente, colabora na Universidade Federal da Paraíba, no Núcleo de Estudo em Saúde Coletiva como docente. Integrante do grupo de pesquisa do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Tem interesse em modelos de decisão como árvores de classificação, em sistemas de informações em saúde, em Sistemas de Informações Geográficas, em Bancos de Dados Geográficos, em geoprocessamento aplicado à saúde, em big data. Desenvolve estudos epidemiológicos. Membro do grupo de pesquisa “Ensino: teorias e práticas na educação básica”, sediado no IFPB - Campus Sousa.

ANDRÉ RIBEIRO DA SILVA

Doutor e Mestre em Ciências da Saúde, Especialista em Atividade Física para Grupo Especial e Gestão Pública, Graduado em Educação Física e Pedagogia. Professor de curso de especialização na Universidade de Brasília, Instituto de Cardiologia do Distrito Federal e Instituto Tratos, graduação em multidisciplinar na Universidade de Brasília e graduação em Educação Física, Enfermagem e Psicologia na Faculdade Linear. É pesquisador na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade de Brasília. Consultor Ad hoc da Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Consultor Ad hoc de periódicos científicos nacionais e internacionais. É membro do Conselho Editorial da Editora Atena. É membro de Comissão de Publicação da Revista do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília. É membro do Colégio Europeu de Ciências do Esporte. Tem experiência como coordenador e revisor pedagógico de cursos e disciplinas na modalidade a distância, pela Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, Fundação Oswaldo Cruz e Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos. Tem experiência na área de TICs, Educação, Educação Física e Saúde Coletiva.

MARIA FATIMA DE SOUSA

Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba, com pós doutorado pelo Centre de Recherche sur la Communication et la Santé (ComSanté), da Université du Québec à Montréal (UQAM). Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Ciências Sociais pela UFPB, especialista em Saúde Coletiva e graduada em Enfermagem pela UFPB. Professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva, da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, de onde foi diretora da Faculdade de Ciências da Saúde (2014-2018). Implantou e foi a primeira coordenadora do Mestrado Profissionalizante do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva e ex-coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP), da UnB, e lá implantou a Unidade de Estudos e Pesquisas em Saúde da Família (UEPSF). Ex-vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Foi gerente nacional do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e assessora no Programa Saúde da Família (PSF), junto ao Ministério da Saúde (1994-2001). Atuou como consultora nas Secretarias Municipais de Saúde e do Verde e Meio Ambiente, ambas em São Paulo. Tem experiência no campo da Saúde Coletiva, com ênfase em políticas públicas de saúde, modelos de atenção à saúde e gestão de sistemas locais de saúde.

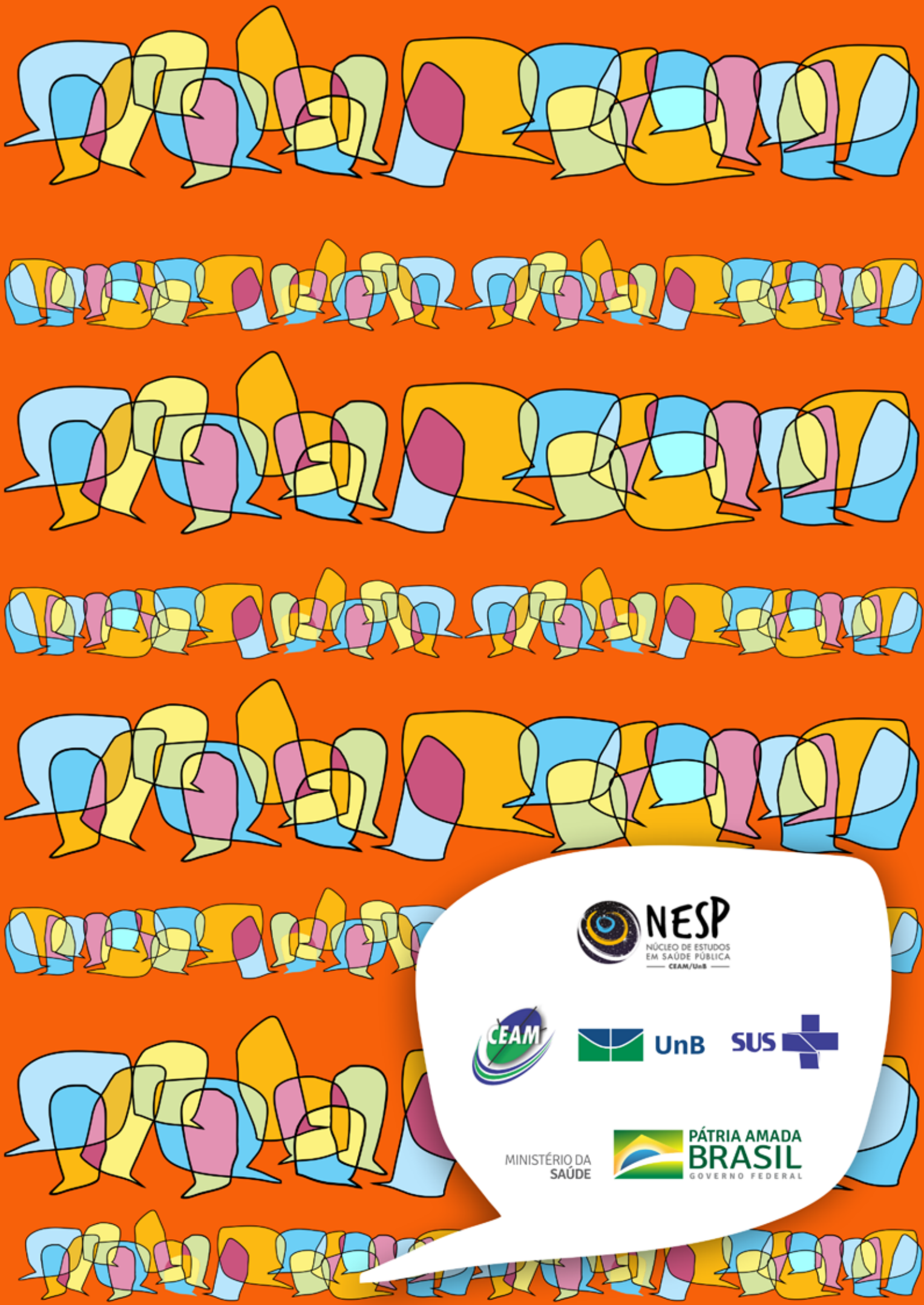
JITONE LEÔNIDAS SOARES

Doutorando em Ciências da Saúde (UnB), Mestre (UnB) e Licenciado em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância (UFF); Especialista em Inovação em Mídias Interativas (UFG) e Especialista em Gestão Pública (UFG). Especialista em Educação Aberta e Digital pela Universidade Aberta de Portugal (UAberta) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor orientador e Membro do Comitê Gestor do curso de Especialização em Saúde da Família do programa de Pós Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília. Atuou como Professor substituto dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Universidade de Brasília (FEF-UnB). Experiência docente enquanto professor do curso de Licenciatura, Bacharelado em Educação Física e no Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Educação Física modalidade a distância em faculdade particular do Distrito Federal. É Professor do Magistério Superior Voluntário no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM / Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde. Tem experiência em Educação a Distância no terceiro setor, público e privado. Participou da implementação e gestão dos cursos pioneiros em Educação Física a distância da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF-EaD-UnB). Atuou como gerente e coordenador de produção de cursos online no Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília CEAD-UnB, Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília / Universidade Aberta do SUS e Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde - (FIOTEC). Tem 12 anos de experiência em planejamento, implementação e gestão de projetos de EaD na graduação, pós graduação e extensão na UnB, UniR e UniFAP. Participou da idealização dos cursos online do programa de voluntariado do Governo Federal para a copa do mundo da FIFA Brasil 2014 para o Ministério do Esporte. Atuou em projetos para o Ministério da Educação - Programa Pró Licenciatura,

UAB - Universidade Aberta do Brasil, Conselhos Escolares e INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Coordenadoria de Capacitação e Educação - PROCAP-UnB, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA entre outras instituições. Criou a Escola Virtual da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (EV-ANFIP). Tem interesse por: Educação a Distância, Inteligência Artificial, Chatbot, Bigdata, Educação Física, Exercícios Físicos, Lazer e Qualidade de Vida, AVC - Acidente Vascular Cerebral - E-mail: jitone@unb.br

ANA VALÉRIA MACHADO MENDONÇA

Professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva, da Universidade de Brasília (UnB). Pós doutora em Comunicação em Saúde, pelo Centre de Recherche sur la Communication et la Santé (ComSanté), da Université du Québec à Montréal (UQAM). Possui doutorado em Ciência da Informação pela UnB, mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialização em Administração da Comunicação Empresarial e graduação em Jornalismo e Relações Públicas. Atualmente é coordenadora do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva e do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UnB (NESP/CEAM/UnB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Informação em Comunicação em Saúde Coletiva (CNPq-Brasil). Coordenou o Centro de Tecnologias Educacionais Interativas em Saúde, da Faculdade de Ciências da Saúde (CENTEIAS/FS). Foi consultora em projetos de inclusão digital para o Ministério das Comunicações. Tem experiência nas áreas das Ciências da Informação e da Comunicação com ênfase em Comunicação da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: informação e comunicação em saúde, tecnologias da informação e comunicação em saúde, inclusão digital, alfabetização em informação e em comunicação, redes e mídias sociais e ensino a distância.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

